
AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

Manifestação protocolada em 2/10 ataca as Leis 13.756/2018 e 14.790/2023 e muda o eixo da defesa dos ex-licenciados, que passa a depender de modulação de efeitos

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 04/10/2026 às 07h02

· 5 min de leitura

Por que importa

Se o STF acolher a tese, a ação de indenização pela outorga paga perde o fundamento de direito adquirido sob licença válida.

Contratos, garantias e operações de M&A assinados sob a premissa de licença válida passam a conviver com discussão de nulidade retroativa.

A posição da União reduz a chance de liminar favorável a operadores, clubes e emissoras no curto prazo.

AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

A Advocacia-Geral da União protocolou no Supremo Tribunal Federal, na sexta-feira (2/10), manifestação pedindo que a Corte declare inconstitucionais dispositivos das Leis 13.756/2018 e 14.790/2023 — o próprio marco legal que criou e regulou as apostas de quota fixa no Brasil. Para operadores ex-licenciados, a peça desloca o terreno jurídico em que se discutem outorgas, indenizações e contratos.

A manifestação entra em ação movida pela Procuradoria-Geral da República em 2024, que alegava que as leis não protegiam os apostadores. O relator é o ministro Luiz Fux, segundo Agência Brasil. Não há decisão do STF, não há liminar e não há julgamento marcado.

A União inverte a posição que sustentava

Até aqui a União defendia a validade da regulação. Agora sustenta que o regime autorizativo era inconstitucional desde a origem. Conforme reproduzido pela Agência Brasil, a peça afirma que o regime das duas leis "era extensamente falho", com uma liberalidade exploratória incompatível com a proteção de direitos fundamentais.

Entre os dados citados pela AGU está o aumento de 140% nos atendimentos do SUS a pessoas com transtornos ligados ao vício em jogos. Fux também concentra as ações em sentido oposto, movidas por operadores, pela Abert e por clubes contra a MP 1.394, que proibiu as bets e extinguiu as 85 outorgas, e deu 72 horas à AGU para se manifestar sobre o pedido de liberação da atividade.

O que a apuração não confirmou

Número da ADI e quais dispositivos específicos das duas leis foram impugnados — a peça não foi obtida na íntegra no portal do STF.

Se a manifestação alcança também os atos da SPA/MF sobre o encerramento ou apenas as leis.

Qualquer posicionamento da AGU sobre modulação de efeitos, data de julgamento ou pedido de liminar.

Declarações nominais do Advogado-Geral da União ou de ministro do STF sobre o caso.

Por que muda o cálculo das indenizações

AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

Se a tese for acolhida, cai o fundamento jurídico das ações de indenização por quebra da outorga paga e enfraquece o pedido de retomada da atividade. O eixo da defesa deixa de ser "direito adquirido sob licença válida" e passa a depender da modulação de efeitos — é ela que define se outorgas, tributos recolhidos e contratos passados são preservados.

O efeito se espalha pela cadeia. Contratos, garantias e operações de M&A assinados sob a premissa de licença válida passam a ter risco de nulidade retroativa discutível — tema que já aparecia em quem paga a conta da outorga extinta em uma venda de operadora. Fornecedores com crédito a receber, como PSPs, provedores de jogo, plataformas e afiliados, ganham mais um flanco de discussão sobre a validade dos contratos acessórios.

Para clubes, emissoras e agências que acionaram o STF contra a MP, a posição da União reduz a chance de liminar favorável no curto prazo.

Os prazos do encerramento continuam de pé

A discussão constitucional não suspende nada do cronograma administrativo. A notificação da SPA/MF às licenciadas já foi expedida e os prazos desta semana seguem exigíveis.

FrenteDataEstágio

Publicidade fora do ar5/10Exigível; notificação administrativa expedida

Redirecionamento de tráfego para brasilsembets.gov.brA partir de 6/10Exigível; ANJL orientou as associadas em sentido contrário

Emendas à MP 1.394Até 13/1026 emendas apresentadas; prazo prorrogado

Ação no STF sob relatoria de FuxSem dataManifestação da AGU protocolada; sem decisão nem julgamento marcado

Prazos em curso e estágio de cada frente

A publicidade de bets tem de sair do ar até 5 de outubro e o redirecionamento começa no dia 6, em meio à divergência pública depois que a ANJL orientou as associadas a não redirecionar tráfego para o site do governo. Em seguida vem a devolução de saldos a apostadores, entre 9 e 14 de outubro.

O que fazer nesta semana

AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

Jurídico: acompanhar o andamento da ação sob relatoria de Fux e avaliar pedido de ingresso como amicus curiae, com foco na definição de modulação de efeitos.

Operação: não interromper o cronograma de encerramento. Documentar cada etapa com log e print datado.

Relações institucionais: consolidar até 13/10 a posição sobre as emendas à MP 1.394, hoje o único canal com prazo real de influência.

Financeiro: revisar a provisão de contingência ativa referente à indenização pela outorga antes do fechamento do trimestre.

No pano de fundo econômico, a H2 Gambling Capital projeta que R\$ 25 bilhões migrariam para operadores não licenciados após a proibição. É estimativa de consultoria, não dado oficial, e a metodologia não foi verificada em documento primário nesta apuração.

Dois riscos que não se anulam

O risco administrativo é imediato: multa e autuação por descumprir os prazos de 5/10 e 6/10.

O risco constitucional é de médio prazo e afeta o balanço: contingência ativa de indenização e validade de contratos passados.

Tratar um como se cancelasse o outro é o erro mais caro desta semana.

Acompanhe a ação no STF

Receba no e-mail cada movimentação da ação sob relatoria de Fux e o calendário de emendas à MP 1.394 até 13/10. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

AGU · Lei 13.756/2018 · Lei 14.790/2023 · Licenciamento · MP 1.394/2026 · STF

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/agu-pede-ao-stf-que-declare-inconstitucional-marco-l>

AGU pede ao STF que declare inconstitucional marco legal das bets

egal-das-bets

Documento gerado em 04/10/2026 às 09h12.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL